

## Ações Estratégicas

Uma vez finalizadas as análises prospectivas relativas aos cenários e repercussões, considerando-se os estudos, realizados para o quadro referencial e os fatores críticos apontados pelas Secretarias de Desenvolvimento, Economia e Planejamento e Meio Ambiente, inicia-se a fase, pelas diversas estruturas do Governo do Estado de São Paulo, da avaliação dos estudos recebidos e da proposição de políticas e ações públicas para configurar a AAE do Litoral Paulista como uma ferramenta de gestão pública, entendida como resultado de um processo analítico com proposições críveis de realização.

Um conjunto de ações pró ativas é encaminhado neste documento para: i) balisar processos decisórios a serem consensados com as governanças envolvidas para desencadear políticas públicas, de âmbito estadual e municipal, e ii) tomadas de decisões estratégicas para apoiar os projetos considerados estruturantes para o desenvolvimento econômico e social de médio e longo prazos do Litoral Paulista. Algumas dessas ações conterão articulações público-privadas, tais como:

- Consolidar a atração e implantação dos empreendimentos, projetos propostos, intenções de investimentos e oportunidades de investimentos que configuram o Objeto AAE, ofertando indicações e orientando o PPA Estadual 2012-2015, os orçamentos dos municípios do Litoral Paulista e os processos de licenciamento ambiental do objeto AAE; e,
- Orientar a política econômica e ambiental estadual e políticas públicas municipais, entre outros usos.

Assim, nesse desafio, busca-se permanentemente processos sustentáveis, com menores custos de oportunidade para a sociedade, antevendo-se cenários que servem para definir políticas que irão coordenar o aumento da produtividade em relação ao uso dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, para mobilizar potencialidades latentes (por exemplo), para expandir e concentrar capital humano e institucional em setores-chave, para eliminar eventuais pontos de estrangulamento na infraestrutura econômica e para oferecer orientações aos gestores públicos quanto a viabilização de projetos estruturantes essenciais ao desenvolvimento econômico e social do Litoral Paulista, maximizando benefícios e minimizando impactos. Mas servem, principalmente, para que os agentes privados possam se comprometer com projetos de investimento de maturação variada, compensações ambientais e sociais diferenciadas, pois sua racionalidade econômica se exprime no longo prazo.

### 1. Cenário Prospectivo de Novos Empreendimentos

As principais repercussões e questões sociais, econômicas e ambientais que deverão emergir dos processos de concretização dos projetos propostos, empreendimentos em implantação, intenções de investimentos e oportunidades de investimentos, são

retomadas para nortear as decisões que abrigam os movimentos estratégicos sugeridos.

Para isso, são sintetizadas informações básicas relativas ao Objeto AAE e retomadas 15 questões e repercussões centrais que merecem destaque, pois foram a base para as orientações apresentadas na sequência.

Em síntese, os empreendimentos em implantação, projetos propostos, intenções de investimentos e oportunidades de investimentos que caracterizam o Objeto AAE, com chances variadas de se concretizarem no Litoral Paulista no horizonte previsto, até 2025, podem totalizar R\$ 209 bilhões se forem totalmente efetivados (essa é a hipótese de um dos cenários do estudo, o prospectivo) e compõe-se dos núcleos e tipologias apresentados na tabela a seguir.

Entre os estudos recebidos pelas Secretarias de Desenvolvimento, Meio Ambiente e Economia e Planejamento, um, ordenou a possibilidade de novos empreendimentos no Litoral Paulista da seguinte forma:

Núcleo	Empreendimentos, Projetos Propostos, Intenções e Oportunidades de Investimentos	Investimentos Previstos
<b>Núcleo Base Driver 1: Petróleo, Gás e Offshore</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gasodutos, oleodutos e terminais marítimos;</li> <li>Bases de apoio às operações em alto-mar e suas retroáreas;</li> <li>Heliportos e aeroportos;</li> <li>Estaleiros para a construção de embarcações de apoio, sondas e cascos de plataformas flutuantes;</li> <li>Canteiros para a fabricação de módulos para embarcações e plataformas e sua integração</li> </ul>	R\$ 157 bilhões
<b>Núcleo Base Driver 2: Complexos Portuários</b>	<p><u>Porto de São Sebastião:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Terminais para graneis sólidos, líquidos, contêineres, veículos e base de apoio marítimo ;</li> <li>Áreas para logística e múltiplo uso.</li> </ul> <p><u>Porto de Santos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação de terminais;</li> <li>Novos terminais de usos múltiplos ou dedicados para contêineres, granel sólido e líquido;</li> <li>Serviços navais e estaleiros de reparos;</li> <li>Obras de dragagem;</li> <li>Sistema de transporte hidroviário no Estuário.</li> </ul>	R\$ 19 bilhões
<b>Núcleo Aderente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Complexos aduaneiros complementares;</li> <li>Logística terrestre / Infraestrutura de acesso aos portos (perimetrais de Santos, duplicação da Tamoios, contornos de Caraguatatuba e de São Sebastião, VLT, etc.);</li> <li>Alcódutos</li> <li>Pátios de apoio</li> <li>Prestadores de serviço onshore e offshore</li> <li>Revitalização do porto do Valongo</li> </ul>	R\$ 15 bilhões

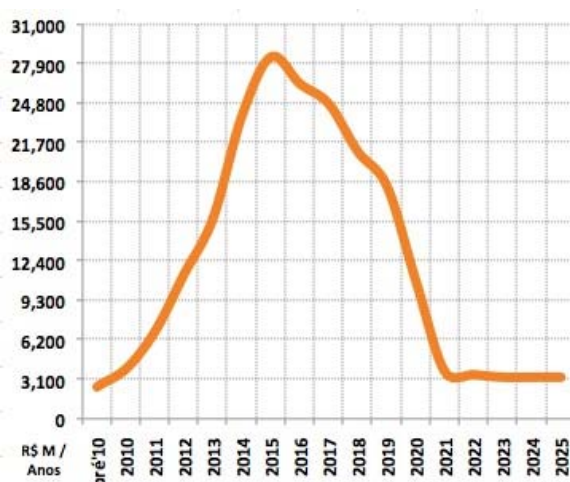
<b>Núcleo Complementar Potencial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refino de petróleo e coque</li> <li>• Produtos químicos</li> <li>• Transporte e armazenagem</li> <li>• Cimento</li> <li>• Fabricação de aço e derivados</li> <li>• Transporte e armazenagem</li> <li>• Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos</li> <li>• Peças e acessórios para veículos automotores</li> </ul>	<b>R\$ 18 bilhões</b>
--------------------------------------	--	-----------------------

A curva de maturação desse potencial de investimento, que traduz o ritmo previsto de concretização desses empreendimentos sob o cenário prospectivo (aquele em que todas as iniciativas empresariais e públicas serão confirmadas), de projetos e intenções de investimentos sinaliza o período de intensificação entre os anos 2012 e 2015 (cabe o destaque que aproximadamente 75% desses investimentos serão gerados a partir das atividades de petróleo e GN e que eles dependerão de decisões de investimentos da Petrobras, detentora de 93% de participação do mercado brasileiro de exploração e produção de óleo e mudanças no marco regulatório da exploração do Pré-Sal que, se for bem sucedidas, poderão financiar parte considerável das iniciativas aqui propostas.

A própria curva de maturação apresentada a seguir ressalta isso, uma elevação dos investimentos a partir de 2011. É prudente considerar que, se a capitalização da Petrobras não for bem sucedida, o perfil dos investimentos irá se alongar, com uma cadência maior na implantação dos empreendimentos, que aguardarão a geração de fluxo de caixa da estatal para financiar esses projetos.

Importa ressaltar que desde 2007 há empreendimentos sendo implementados, representando algo como 11% do previsto (em obra e em operação), além de projetos executivos e estudos ambientais em curso para outros 16% desse total.

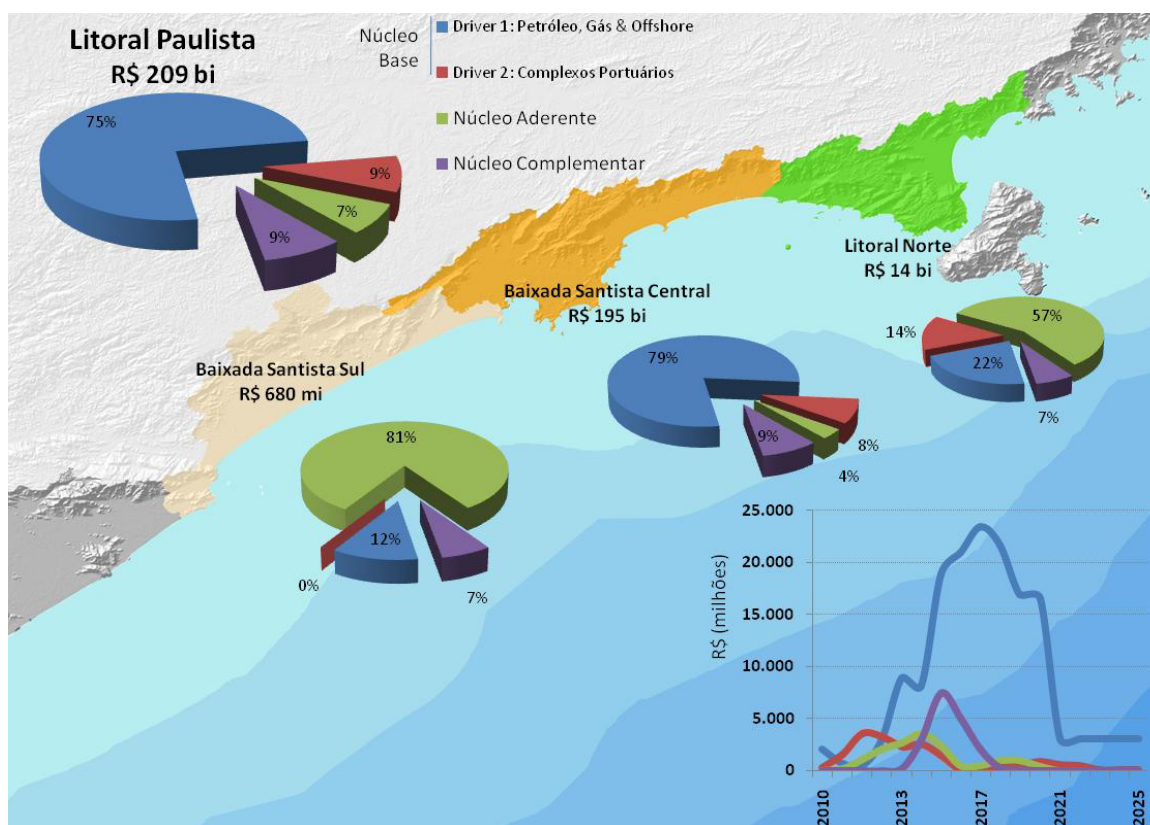
**Gráfico: Curva de Maturação de Investimentos 2025**



Fonte/elaboração: CPD e Arcadis Tetraplan - 2010

Em termos de sua distribuição territorial, R\$ 195 bilhões concentram-se na Baixada Santista Central (93%), com predomínio de investimentos do Driver 1: Petróleo, Gás e Offshore. No Litoral Norte e na Baixada Santista Sul destacam-se investimentos do Núcleo Aderente em empreendimentos logísticos e industriais, que somam montantes muito diferenciados da região Baixada Santista Central – 7% e menos de 1%, respectivamente.

### Mapa: Perfil e Volume dos Investimentos Esperados



Fonte/elaboração: CPD e Arcadis Tetraplan - 2010

## 2. Síntese dos Potenciais Impactos e Demandas Econômicas, Sociais e Ambientais

- I. Um novo ciclo de expansão econômica já se iniciou com os investimentos em curso nos setores de petróleo e gás natural, ainda pequeno frente ao que poderá ser estimado e na expansão e modernização das atividades portuárias em Santos e São Sebastião (previsão de cerca de R\$ 23 bilhões) e poderá se manter por um longo período com crescimento ininterrupto da ordem de 6% a 7% ao ano, invertendo tendência pouco dinâmica com reflexos na expressiva melhora dos

níveis de emprego e renda do Litoral Paulista. Estes, atualmente abaixo dos níveis identificados em outras regiões dinâmicas do Estado de São Paulo, segundo cenário de crescimento do valor adicionado, desde que sejam mobilizados recursos para eliminar os gargalos ao desenvolvimento regional e estimulados os projetos estruturantes, traduzidos nos movimentos estratégicos.

- II. Para o Litoral Paulista, a exploração e produção do petróleo e gás natural demandarão um conjunto de investimentos em terra dedicados ao apoio às atividades *offshore* em dimensões inéditas e a expansão portuária em Santos e São Sebastião reforçará a importância dos portos paulistas na balança comercial brasileira mantendo a primazia do Porto de Santos na América Latina (atualmente responsável por algo como 26% da balança comercial, ou 83 milhões de toneladas de cargas movimentadas em 2009).
- III. O aumento na movimentação de cargas e de pessoas irá pressionar a infraestrutura de transportes terrestre (rodovias e ferrovias) podendo intensificar gargalos e missing links. No entanto, já se prevêem investimentos da ordem de 14% do total de investimentos previstos em logística terrestre (incluindo-se rodovias, ferrovias, aeroviário, dutos e sistema de transporte de passageiros). Em articulação com os empreendimentos em Petróleo e Gás e Complexos Portuários, esses investimentos implicarão redução nos custos de transporte e em ganhos de produtividade sistêmica regional.
- IV. Haverá novas oportunidades de trabalho, alterando o patamar do nível de emprego e do nível de qualificação e correspondente remuneração, podendo alterar a distribuição de renda regional. A renda per capita média (valor adicionado per capita) deverá ser incrementada em 50% com relação aos cerca de 16,6 mil reais previstos para 2010, o que, combinado com maior grau de ocupação e com as expectativas de capacitação profissional, justificaria uma melhoria da distribuição de renda pessoal. Cabe evidenciar as iniciativas para responder a essas demandas de trabalho, desencadeadas com a criação de um fórum regional composto pela Petrobras, representantes das universidades, Associação Comercial de Santos, Prefeitura Municipal de Santos, escolas técnicas e entidades representativas da indústria, como a ABDIB e a FIESP, por meio do SENAI, somadas a outras iniciativas das três esferas de governo com destaque para Centro Paula Souza. As necessidades de capacitação e qualificação profissional, se atendidas no tempo adequado, podem evitar o aumento do movimento pendular da população (entre Baixada Santista e planalto) e a migração ampla de mão de obra de outras regiões para o Litoral.
- V. O crescimento populacional no Litoral Paulista, de acordo com o cenário prospectivo, deverá contemplar o aumento de cerca de 450 mil habitantes entre 2010 e 2025, levando a um contingente populacional de 2,5 milhões em 2025. No cenário de referência, esse incremento seria de cerca de 300 mil habitantes, portanto serão cerca de 150 mil pessoas atraídas em função da dinamização esperada para o Litoral. A maior parte desse incremento no crescimento deverá ocorrer na Baixada Santista Central (100 mil pessoas) e Sul (50 mil pessoas), em 15 anos, ampliando a demanda por habitação, saneamento, saúde, educação e transportes. Os serviços de saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos), saúde, educação e transporte público de passageiros estão

diretamente relacionados ao incremento de população e sua relação com os atuais déficits, guardando portanto forte relação com a distribuição espacial da população, comandada pela questão habitacional.

- VI. No curto período de cinco anos (2010-2015), associado ao potencial de implantação da maior parte dos empreendimentos, haverá oferta incremental de 40.000 postos de trabalho seguida de forte redução no período seguinte na oferta de emprego pela construção civil relacionada a fase de implantação dos empreendimentos, elevando a necessidade de se fomentar a absorção dessa mão de obra em outros setores da economia local, como o turismo e a pesca, com o primeiro sendo grande demandante de mão de obra.
- VII. O turismo de negócios decorrente da animação da economia regional deverá se expandir, buscando infraestrutura e profissionais capacitados para dar conta de demandas hoteleiras e por eventos de negócios.
- VIII. Poderá haver atração de população de baixa renda, também pela oportunidade de empregos informais, trazendo riscos de urbanização desordenada e degradação ambiental, pois historicamente assentamentos irregulares se inserem em áreas ambientalmente vulneráveis, de risco ou legalmente protegidas (Áreas de Preservação Permanente, principalmente) também em função da escassez de áreas aptas à ocupação no litoral paulista. Além disso, a resolução do problema dos núcleos de habitações subnormais existentes é complexa (principalmente em Cubatão, São Vicente e no distrito de Vicente de Carvalho) e há risco de ampliação desses assentamentos, já numerosos na região, o que demandará intenso controle. A localização preferencial que implicará maior controle deverá estar associada às proximidades dos empreendimentos, principalmente daqueles de maior porte (instalações portuárias e retro-portuárias), estimando-se risco de surgimento de vetores de expansão de ocupações irregulares na porção continental de Santos e Bertioga (SP-055), São Vicente, e distrito de Vicente de Carvalho (Guarujá), espraçando-se para os municípios da Baixada Santista Sul, principalmente Praia Grande. Divergências entre os diplomas legais regionais (Proposta da SMA para o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE) e locais (Planos Diretores Municipais e Proposta Gerco para o ZEE) podem propiciar futuros usos indevidos, com chances de se tornar foco de novas ocupações irregulares.
- IX. O aumento da demanda por moradias pela implantação e operação dos empreendimentos previstos deverá ser em parte absorvida nas próprias áreas urbanas, pelo maior adensamento, sendo parte nas áreas previstas para expansão urbana em Santos e São Vicente e parte nos municípios conurbados, principalmente Praia Grande e progressivamente em Bertioga, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, onde atualmente existe grande número de moradias (com diferentes padrões contrutivos) dedicadas à ocupação de veraneio e feriados que serão foco do atendimento das novas demandas. Esta expansão está fortemente condicionada às condições de acessibilidade e de transporte público. Se implantado o Veículo Leve sobre Trilhos - VLT (como planejado entre Santos e São Vicente e suas integrações com o Transporte Coletivo Intermunicipal), este tenderá a potencializar a expansão da ocupação por setores de média e baixa

renda nos municípios do sul da Baixada Santista, pela melhor qualidade do transporte.

- X. Em parte das Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral e ARIEs do litoral de São Paulo, é observada ocupação humana irregular e suas decorrências diretas (tais como presença de campos antrópicos, solo exposto, atividades agrícolas e áreas urbanas), ainda que em nenhuma delas as ocupações indevidas ultrapassem 10% de seus territórios. A mitigação e a solução dessas incompatibilidades já existentes devem ser prioridades no manejo das áreas protegidas como forma de evitar novas ocupações no futuro. Com relação à expansão de áreas protegidas, o objetivo principal deverá ser sanar lacunas de proteção de florestas de baixada, várzeas, mangues, costões rochosos, corpos d'água e ambientes arenosos costeiros, pois o conjunto de fisionomias florestais de encostas e serras está muito bem representado. As principais prioridades de conservação, considerando-se a representatividade dos tipos de ambiente e a indicação para criação de UCs de proteção integral (Programa Biota em que pese a distância do ano de sua conclusão e as limitações naturais causadas pela escala adotada nas análises que é de 1: 500.000), são uma área no litoral sul (Cananéia/Ilha Comprida) e duas na Baixada Santista (Peruíbe e Bertioga), vide Figuras 1.1-5 e 1.1-6, Frente II, além do reforço em programas como o Jardim Botânico de Cubatão, que recuperará áreas invadidas da cota 100.
- XI. As alterações previstas nos ecossistemas marinhos se traduzem em riscos de perda da biodiversidade, de contaminação de pescado e de diminuição dos estoques pesqueiros, entre outros, devido à degradação de regiões de reprodução e alterações na qualidade da água e dos sedimentos. Alterações dessa natureza, ocorrendo sucessivamente, atuam de forma cumulativa e sinérgica, em um processo que pode resultar em perdas significativas de diversidade biológica. Deve-se considerar que ecossistemas marinhos são receptores das atividades desenvolvidas tanto *off shore*, como nas cidades litorâneas e em toda a bacia hidrográfica, demandando a gestão dos riscos, da qualidade das águas e dos efluentes e resíduos gerados.
- XII. A qualidade do ar na região tende a sofrer processo contínuo de alteração devido a emissões atmosféricas decorrentes principalmente da nova dinâmica econômica ligada a concretização dos empreendimentos, projetos e intenções de investimentos previstos. Em Caraguatatuba, considerada “área não saturada” em termos das concentrações de poluentes na atmosfera, prevê-se aumento nas emissões de poluentes atmosféricos por empreendimentos industriais e termelétrica a gás natural. Em São Sebastião, onde a qualidade do ar também é considerada “não saturada”, e, na Baixada Santista Central (municípios de Guarujá, São Vicente, Cubatão e Santos), onde a qualidade do ar é considerada “saturada” por ozônio e por partículas inaláveis, os terminais, estaleiros, bases de apoio e centros de serviços deverão contribuir com emissões de material particulado (MP) e compostos orgânicos voláteis (VOC). Considerando-se que os projetos deverão adotar as melhores tecnologias para se adequar à legislação vigente, a qualidade do ar deverá se situar entre “Boa” (concentração abaixo do valor do padrão anual) e “Regular” (concentração abaixo do padrão de qualidade do ar). Com relação à emissão de gases de efeito estufa, a Lei nº 13.798/2009, no Artigo 31, estabelece que o Estado definirá medidas reais, mensuráveis e

verificáveis para reduzir suas emissões antrópicas de gases de efeito estufa. No Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural há no decreto 56074 de 09/08/2010 em seu inciso viii, alínea a, a orientação para a realização de inventário das emissões atmosféricas.

- XIII. A análise de sensibilidade das 120 áreas potenciais para alocação de investimentos indicou que uma parte das áreas apresenta características que podem ser restritivas à ocupação por empreendimentos industriais/ logísticos (28 áreas, ou 23% do total), sendo os usos previstos nos Planos Diretores um dos fatores que indicam esses níveis de restrição em oito áreas. A ocupação de áreas ambientalmente sensíveis na Baixada Central é indesejável e, por outro lado, o potencial ônus das repercussões sociais adversas, como o risco de ocupação irregular na Baixada Santista Central e o reforço do papel de cidade-dormitório na Baixada Santista Sul com demandas sociais decorrentes deverão ser minimizados. Além disso, há tendência à condição de marginalidade em termos econômicos da Baixada Santista Sul, decorrente do porte inexpressivo de empreendimentos alocados nessa subárea, ao lado da intensa concentração na Baixada Central. Essa concentração é coerente do ponto de vista econômico, mercadológico e logístico, no entanto, implicará em repercussões muito expressivas na Baixada Santista Central. Há uma massa crítica de empreendimentos ligados aos complexos portuários previstos para a Baixada Santista Central, representando investimentos da ordem de R\$ 7 bilhões a R\$ 15 bilhões (3% a 5% dos R\$ 209 bilhões), alocados em áreas sensíveis que poderiam ser redirecionados para a Baixada Santista Sul, desde que se tenha acessibilidade, amenizando assim o desequilíbrio flagrante previsto entre essas duas porções da Baixada Santista.
- XIV. A simultaneidade de implantação dos empreendimentos faz prever uma dificuldade das administrações municipais em absorver e responder às novas demandas, principalmente no que diz respeito a equipamentos de serviços sociais e à habitação da população de baixa renda, demandando forte articulação antecipada entre os níveis de governo para responder a essas demandas.
- XV. É necessário ampliar o fortalecimento da governança e a existência de ferramentas para gestão territorial dos entes envolvidos, como também a criação de estruturas que gerenciem as ações necessárias para a totalidade das intervenções governamentais e empresariais. Assim, devem ser consolidadas gestões integradas que articulem e coordenem ações isoladas dos empreendedores, visando o desenvolvimento regional, como a CESPEG, Câmara Especial de Petróleo e Gás Natural da AGEM, a AAE e o CONDESB. Essa governança deverá ter capacidade de resposta para atuar na canalização de recursos e na sua gestão de forma ágil para atender ao conjunto de demandas simultâneas e em dimensão inédita para o Litoral Paulista.

### 3. Programas, Planos e Ações Públicas

No contexto assinalado, supondo a inserção plena dos investimentos e a nova trajetória de evolução do Litoral Paulista no horizonte de longo prazo, antevê-se cinco macroobjetivos estratégicos de desenvolvimento relacionadas aos novos investimentos:

- I. Enfoque setorial, por Adensamentos Empresariais Ordenados em articulação com as Políticas de Desenvolvimento Econômico e Ambiental do Estado de São Paulo;
- II. Enfoque territorial, pela inserção dos investimentos no Litoral Paulista de forma compatível com instrumentos de gestão territorial e com a Política Conservacionista;
- III. Demandas sociais, considerando o atendimento das demandas ícones;
- IV. À Gestão da Governança, com integração e transversalidade institucional nos processos de planejamento e programação.
- V. Enfoque do fomento ao crescimento econômico com o suporte à Sustentabilidade a Médio e Longo Prazos e ao Desenvolvimento Econômico e Social do Litoral Paulista

Na sequência, no Quadro 4.1, os macroobjetivos desdobram-se em um conjunto de planos de ação a serem tomadas em tempo hábil, cujo detalhamento dá sequência.

Macroobjetivos	Planos de Ação
<b>(I) Adensamentos Empresariais Ordenados em articulação com as Políticas Sócio Econômica e Ambiental do Estado de São Paulo</b>	1) Promover Adensamentos Territoriais Ordenados, passíveis de serem conduzidos via princípios de Economia Verde, considerando as possibilidades de simbioses industriais
	2) Antecipar as demandas logísticas com a formação de agrupamentos de infraestrutura ( <i>bundles</i> ) e direcionar os investimentos rumo ao transporte sustentável. Banco de áreas para compensações ambientais
	3) Consolidar a Gestão Integrada de Riscos focada nos novos desafios <u>da exploração do pré-sal</u>
	4) Garantir a adoção de tecnologias visando o alcance das metas de redução da GEE e atendimento aos padrões legais relativos às concentrações de poluentes atmosféricos
	5) Adotar alternativas para a gestão eficiente de resíduos
	6) Viabilizar a adoção dos princípios da prevenção de poluição, reduzindo as demandas por Recursos Hídricos e o descarte de Efluentes Industriais
<b>(II) Inserção do Objeto AAE no Litoral Paulista de forma compatível com instrumentos de Gestão Territorial e com a Política Conservacionista</b>	7) Revisar instrumentos de gestão territorial, como - Zoneamentos Municipais e ZEEs
	8) Estimular a desconcentração dos investimentos, para municípios com baixa atração, dotados de acessibilidade
	9) Evitar a ocupação desordenada e o risco de surgimento e/ou expansão de vetores de expansão na forma de ocupações irregulares
	10) Revisar a Política de Conservação, avaliando de forma conjunta as prioridades de investimento em conservação
	11) Prever a gestão dos impactos sobre os Ecossistemas Marinhos

Macroobjetivos	Planos de Ação
(III) Atendimento das Demandas Ícones	12) Incluir no Plano Plurianual - 2012 a 2015 a ser elaborado para o Estado de São Paulo, o atendimento das demandas sociais e econômicas da inserção do Objeto AAE no Litoral Paulista.
(IV) Gestão da Governança com Transversalidade	13) Priorizar a canalização de recursos para atender ao conjunto de demandas simultâneas em dimensão inédita do Litoral Paulista em tempo hábil 14) Reforçar a institucionalidade existente com foco na gestão ágil do conjunto de demandas simultâneas em dimensão inédita do Litoral Paulista
(V) Suporte e Sustentabilidade a Médio e Longo Prazos ao Desenvolvimento Econômico e Social do Litoral Paulista	15) Ampliação da formação e da preparação da mão de obra presente no Litoral Paulista em todos os níveis de escolaridade 16) Atração de novas empresas e investidores, fomentando a geração de postos de trabalho e renda no Litoral Paulista 17) Apoio ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Litoral Paulista 18) Capacitação das infraestruturas de transporte, energia e saneamento

Planos de Ação	Ações
<p>1) Promover Adensamentos Territoriais Ordenados, passíveis de serem conduzidos via princípios de Economia Verde, considerando as possibilidades de simbioses industriais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Promover as interrelações de produção, comercialização e tecnologia entre os investimentos dos <i>drivers</i> petróleo &amp; gás e portuários.</li> <li>b. Adotar a concepção de <u>cadeias produtivas</u> no processo de planejamento do desenvolvimento regional, o que implica a operacionalização de modelagem industrial: <ul style="list-style-type: none"> <li>o modelagem industrial desses complexos, sob uma matriz tecnológica e mercadológica, potencializando o exercício das simbioses industriais;</li> <li>o negociação em bloco dos recursos necessários para a sua viabilização, envolvendo atividades interdependentes a serem executadas pelo setor público e setor privado (considerando-se as defasagens entre os cronogramas);</li> <li>o avaliação econômica, social e ambiental dos complexos, considerando-se a interdependência produtiva, assim como as externalidades positivas e negativas a serem geradas, quando de sua implantação, utilizando-se essa avaliação no licenciamento ambiental.</li> </ul> </li> <li>c. Fortalecer e ampliar as cadeias produtivas existentes e com potencial de implantação no Litoral Paulista, com vistas a organizar e dar competitividade, orientado para: <ul style="list-style-type: none"> <li>— o segmento da construção civil, com destaque para a produção de materiais e formação de mão de obra orientadas a construção residencial (locais e empresariais), respondendo às demandas habitacionais decorrentes do déficit atual e do incremento populacional.</li> <li>— o turismo, com foco na melhoria da qualidade (aumento do gasto diário e o aumento da permanência) e diversificação (ecoturismo, turismo cultural e turismo rural – Revitalização do Porto do Valongo em Santos, turismo de negócios e eventos e turismo urbano na baixada central).</li> <li>— a pesca e seu processamento</li> <li>— a aquicultura e seu processamento</li> <li>— a agropecuária e agroindústria (com destaque ao Litoral Sul).</li> </ul> </li> <li>d. Fomentar a implementação dos princípios e práticas da Economia Verde, que passam pelo fortalecimento da cooperação intersecretarial e intergovernamental (esferas federal, estadual e municipal) e com atores privados.</li> <li>e. Promover a adoção das tecnologias sustentáveis, inclusive com a adoção de incentivos, destacando-se a criação e operacionalização do Parque Tecnológico voltado ao setor do petróleo e gás natural no Litoral Paulista associado a instituições de pesquisas afins (conforme prevê a Lei da Inovação - Decreto Estadual 53.826/2008), incluindo-se o desenvolvimento de pesquisa e laboratórios voltados ao controle de emissões atmosféricas e redução de gases de efeito estufa.</li> </ul>

Planos de Ação	Ações
<p>2) Antecipar as demandas logísticas com a formação de agrupamentos de infraestrutura (<i>bundles</i>) e direcionar os investimentos em transporte sustentável</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Participar e desenvolver os projetos e implantações da ampliação dos sistemas ferroviário, dutoviário, rodoviário, aeroviário e hidrovioário para atendimento do conjunto das demandas previstas, inclusive quanto a complementações de apoio logístico envolvendo áreas, interligações e instalações para terminais de cargas, centros de distribuição, “portos secos” e outras que se apliquem, integradas aos sistemas ferroviário, dutoviário e rodoviário no Planalto e no Litoral Paulista, priorizando soluções que busquem atingir as metas setoriais da Política Estadual de Mudanças Climáticas, incluindo-se: <ul style="list-style-type: none"> <li>— Ampliação das gestões estaduais para a viabilização das obras de duplicação da BR 116 no trecho da serra do Cafezal e da construção do trecho da BR 101 (município de Miracatu até Peruíbe), que liga o Litoral Sul a Baixada Santista, como forma de proporcionar o escoamento da produção e desenvolvimento da agroindústria no Litoral Sul.</li> </ul> </li> <li>b. Priorizar o aumento da participação do transporte ferroviário e dutoviário em detrimento do rodoviário, por meio da: <ul style="list-style-type: none"> <li>— Implantação de projeto de expansão / ampliação de capacidade do sistema ferroviário de interligação do Planalto com a Baixada Santista, incluindo o Porto de Santos e o complexo industrial de Cubatão, além de outros locais onde venham a se instalar empreendimentos individuais – Governo Estadual (ST) e Governo Federal (Ministério dos Transportes, DNIT e ANTT);</li> <li>— Implantação dos ferroanéis sul e norte – PAR, ampliação de capacidade do sistema ferroviário de cargas de atendimento e passagem na Região Metropolitana de São Paulo e suas interligações com outras regiões – Governo Estadual (ST) e Governo Federal (Ministério dos Transportes, DNIT e ANTT);</li> <li>— Elaborar estudo para analisar a necessidade de ampliação do Sistema Anchieta – Imigrantes ou outra via de transposição da Serra do Mar, em função de transporte de passageiros e cargas, considerando a migração de parte da movimentação de cargas para o modal ferroviário e a otimização do transbordo de cargas no porto.</li> <li>— Implantação de soluções dutoviárias para ampliar o escoamento de grãos líquidos pelos portos paulistas.</li> <li>— Estudar formas alternativas de interligação no transporte de cargas entre o Planalto e a Baixada Santista.</li> </ul> </li> <li>c. Avaliar a necessidade de implantação de obras complementares tendo em vista mitigar impactos na Baixada Santista, relativas a : <ul style="list-style-type: none"> <li>— Medidas mitigadoras impactos do sistema ferroviário nas áreas urbanas dos municípios, em decorrência da ampliação na movimentação de cargas nas linhas existentes.</li> <li>— Obras viárias complementares para mitigar atuais impactos do Sistema Anchieta – Imigrantes, como os trechos da Piaçaguera-Guarujá.</li> <li>— Transposição em desnível nas rodovias em trechos urbanos.</li> <li>— Rever o contorno viário do estuário de Santos, da rodovia Pedro Taques à Domênico Rangoni, prevendo a implantação</li> </ul> </li> </ul>

Planos de Ação	Ações
	<p>de terceira faixa e/ou marginais em todo o trecho de forma paulatina.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Integrar o sistema viário regional com os acessos do Porto de Santos, inclusive viabilizando a ocupação portuária e retroportuária, em Santos (Ilha dos Bagres, Largo de Santa Rita e Ilha Barnabé), Cubatão (Canal de Piaçaguera) e Guarujá (CING, retroporto e base aérea).</li> <li>— Duplicar e/ou criar vias marginais na SP 55 (BR 101 Rio-Santos), priorizando o trecho entre Bertioga e Riviera de São Lourenço.</li> <li>— Criar sistema de marginais para a rodovia Anchieta no trecho da Baixada Santista e reformular o aceso ao Porto de Santos.</li> <li>— Implantar o trecho viário de Cubatão.</li> </ul> <p>d. Avaliar viabilidade de implantação de sistema hidroviário de passageiros e cargas.</p> <p>e. Elaborar e implantar o Plano Integrado de Transportes Urbano para as regiões da Baixada Santista e Litoral Norte e integrá-los aos Planos Diretores Municipais tendo em vista a adequação, expansão e ampliação do sistema viário e serviços de transporte coletivo.</p> <p>f. Viabilizar a implantação e as futuras expansões do VLT na Região Metropolitana da Baixada Santista.</p>
3) Desenvolver a Gestão Integrada de Riscos focada nos novos desafios da exploração do pré-sal	<p>a. Consolidar tendo em vista a potencialização dos riscos decorrentes da ampliação das atividades <i>onshore</i> e <i>offshore</i>. (órgãos licenciadores).</p> <p>b. Desenvolver recursos (tecnológicos e humanos) para aplicar ações de contingência, considerando-se a exploração do pré-sal, de forma a evitar consequências ambientais desastrosas.</p> <p>c. Rever a política de contingência para o Litoral Paulista, em articulação com demais estados produtores de petróleo e com a ANP, envolvendo a ampliação de: planos de contingências, de emergência, manual de procedimentos para gerenciamento de riscos, normatização dos procedimentos da operação portuária e industrial, entre outros, como condicionantes no processo de licenciamento ambiental.</p>
4) Garantir a adoção de tecnologias visando o alcance das metas de redução da GEE e atendimento aos padrões legais relativos às concentrações de poluentes atmosféricos	<p>a. Desencadear a “melhoria tecnológica” (<i>Best Available Technology – BAT</i>) nas atividades industriais, transportes, portuárias, extração e infraestrutura, visando reduzir os níveis de emissões de gases de efeito estufa e consumos específicos de combustíveis, em acordo com a Política Estadual de Mudanças Climáticas.</p> <p>b. Implantar novas redes automáticas de monitoramento de qualidade do ar para parâmetros de partículas inaláveis (MP<sub>10</sub>), dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>), dióxido de nitrogênio (NO<sub>2</sub>), monóxido de carbono (CO) e ozônio (O<sub>3</sub>) nas principais áreas dos novos empreendimentos (destacadamente os municípios de Caraguatatuba, São Sebastião, Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente e Praia Grande).</p>

Planos de Ação	Ações
	<p>c. Implantar estações meteorológicas nas principais áreas dos novos empreendimentos (municípios de Caraguatatuba, São Sebastião, Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente e Praia Grande).</p>
<p>5) Adotar alternativas para a gestão de resíduos sólidos</p>	<p>a. Atualizar e Implantar o Plano Regional de Resíduos Sólidos Urbanos para a Região da Baixada Santista, Litoral Norte e Litoral Sul, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— a avaliação das tecnologias alternativas de tratamento, sob a ótica da Economia Verde, por meio de biodigestores ou incineração com aproveitamento energético (waste-to-energy<sup>1</sup>), entre outras.</li> <li>— Planos de investigação ambiental das áreas que eram e/ou ainda são utilizadas como lixões clandestinos. Mediante resultados obtidos, estabelecer a remediação das áreas contaminadas.</li> <li>— Incentivos financeiros e/ou parcerias público-privadas, com o objetivo de estimular o interesse e a participação nas construções e/ou operações dos aterros sanitários, aterros industriais, centrais de triagem, centrais de compostagem, coleta e transporte dos resíduos.</li> <li>— Aproveitamento energético do biogás, seja qual for a tecnologia empregada para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos (aterros sanitários ou biodigestores), reduzindo as emissões de gases de efeito estufa, conforme prevê a PEMC.</li> <li>— Sistema de coleta seletiva dos resíduos urbanos municipais e construção de centrais de triagem dos materiais recicláveis recolhidos, a fim de otimizar a vida útil dos aterros sanitários (destinatários finais) (municípios).</li> <li>— Realização de campanhas educativas à população sobre o conceito de adesão à segregação dos resíduos gerados nas residências e nos estabelecimentos comerciais.</li> <li>— Fiscalização, visando eliminar áreas clandestinas de depósito de resíduos urbanos, resultando na eliminação de áreas contaminadas, proliferação de vetores de doenças (roedores, principalmente), carreamento de sólidos aos córregos adjacentes (mitigando impactos na alteração da qualidade da água superficial), entupimentos na rede de drenagem pluvial, entre outros aspectos.</li> </ul> <p>b. Elaborar e implantar um Plano Integrado de Resíduos Sólidos das atividades em função da implantação dos empreendimentos Objeto AAE, dando destaque para os equipamentos de tratamento de resíduos gerados pelas estruturas offshore e atividades portuárias.</p>
<p>6) Viabilizar a adoção dos princípios da prevenção de poluição, reduzindo as</p>	<p>Avaliar as demandas dos complexos industriais e empresariais, considerando-se a adoção dos princípios da ecologia</p>

<sup>1</sup> O relatório Davos aponta essa tecnologia como uma das oito tecnologias de energia limpa emergentes. No mundo, cerca de 130 milhões de toneladas/ano são incinerados em plantas desse tipo (SMA, 2010).

Planos de Ação	Ações
demandas por recursos hídricos e o descarte de efluentes industriais	<p>industrial.</p> <p>b. Promover a adoção dos princípios de prevenção de poluição com relação ao uso da água e geração de efluentes, prevendo-se sistemas de reuso de água para os complexos industriais, sempre que possível.</p> <p>c. Elaborar e implantar plano integrado de captação e tratamento de efluentes de lavagem de tanques de embarcações e água de lastro (Autoridade Portuária e demais usuários privativos)</p>
7) Revisar instrumentos de gestão territorial - Zoneamentos Municipais	<p>a. Promover o alinhamento entre o planejamento sócio, econômico e ambiental estadual e as revisões dos Planos Diretores Municipais visando à inserção dos empreendimentos do Objeto AAE, do ZEE e das demandas sociais provocadas pela nova dinâmica econômica, com destaque à habitação, prevendo maiores densidades de ocupação.</p>
8) Fomentar a desconcentração das atividades do Objeto AAE em novas centralidades espaciais dotadas de acessibilidade	<p>a. Criar mecanismos para o estímulo ao deslocamento espacial (translocação) dos empreendimentos previstos, de forma a descentralizá-los, incentivando a implantação de empreendimentos de baixo impacto ambiental em todos os municípios.</p>
9) Evitar a ocupação desordenada e o risco de surgimento de vetores de expansão de ocupações irregulares	<p>a. Rever as legislações municipais de uso do solo para inclusão de áreas para uso habitacional, com foco naquelas que recebem maior pressão de ocupação irregular, principalmente as que se localizam próximas aos centros urbanos e/ou lindeiras ao sistema viário regional, facilitando a acessibilidade da população às necessidades diárias. Estas áreas devem ser adequadamente qualificadas em função de seu estado atual de preservação e definidas novas densidades de ocupação em função da qualidade ambiental ali presentes.</p> <p>b. Prever o adensamento de áreas nos municípios que sofrerão maior atração à população de baixa renda – principalmente nos municípios de Santos e Bertioga, São Vicente, no distrito de Vicente de Carvalho (Guarujá), na Praia Grande e em Caraguatatuba.</p> <p>c. Desenvolver tipologias e padrões de ocupação urbana e habitacional diferenciados, visando um melhor aproveitamento da infraestrutura existente.</p> <p>d. Prever e assegurar, com a participação do Governo Estadual, investimentos em infraestrutura e ampliação dos serviços sociais básicos, para promover urbanização equilibrada, considerando-se o crescimento populacional mais acelerado nos próximos 15 anos, principalmente para aqueles municípios que receberem os impactos diretos e indiretos nas atividades do Objeto AAE.</p> <p>e. Detalhar Plano Regional de Ocupação na Baixada Santista e no Litoral Norte (São Sebastião/Caraguatatuba) para evitar a expansão da ocupação por população de baixa renda em áreas mais vulneráveis, considerando os riscos geotécnicos.</p> <p>f. Intensificar a fiscalização em todos os municípios com a participação dos três níveis de Governo, garantindo subsídios,</p>

Planos de Ação	Ações
	<p>recursos humanos e equipamentos.</p> <p>g. Estabelecer políticas <u>habitacionais</u>, de emprego e renda municipais que garantam a fixação das suas populações de baixa renda em seus territórios, evitando a sobrecarga na infraestrutura de transportes e equipamentos sociais de outros municípios.</p>
<p>10) Revisar a Política de Conservação, avaliando de forma conjunta as prioridades de investimento em conservação</p>	<p>a. Realizar refinamento dos estudos de representatividade e lacunas de conservação, em escala de detalhe, identificando prioridades de investimento em conservação.</p> <p>b. Monitorar e limitar a expansão urbana irregular, especialmente em APPs, com subsídios do Estado, assim como monitorar e mitigar impactos diretos e indiretos da expansão urbana, especialmente nas áreas costeiras e corpos d'água dos municípios.</p> <p>c. Compatibilizar usos no interior de Unidades de Conservação, adequando PDMs e Planos de Manejo, por meio de negociações entre os envolvidos na gestão territorial (União, Estado, Prefeituras), considerando inclusive usos compatíveis com zonas de amortecimento. ;</p> <p>d. Avaliar viabilidade de usos conservacionistas para áreas muito sensíveis incluídas em zonas industriais, por meio de figuras como Condomínios de Reservas Legais e de Áreas Verdes dos empreendimentos.</p> <p>e. Prever pagamento por serviços ambientais relacionados à conservação de área florestada, viabilizados, por exemplo, pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos.</p> <p>f. Organizar a adoção de medidas de compensação ambiental, visando otimizar os resultados ambientais da imantação de reservas privadas e a ampliação das Unidades de Conservação públicas.</p>
<p>11) Prever a gestão dos impactos sobre os Ecossistemas Marinhos</p>	<p>a. Estabelecer rede de monitoramento e adotar protocolos rigorosos para: (i) monitoramento dos ambientes marinhos, atendendo à Resolução CONAMA nº393/2007, que dispõe sobre o descarte contínuo de água de processo ou de produção em plataformas marítimas de petróleo e gás natural; (ii) monitoramento da fauna marinha, por meio de grupos ou espécies indicadoras; (iii) estudo da circulação oceânica e dinâmica sedimentar na região.</p> <p>b. Prever a continuidade por todo o período de instalação dos empreendimentos do Objeto AAE do programa de monitoramento e de avaliações da qualidade da água marinha, dos sedimentos e organismos no Estuário de Santos e São Vicente, e nas zonas litorâneas e adjacentes nos municípios do Litoral Paulista (inicialmente voltado às áreas mais suscetíveis às alterações, como em Bertioga, Guarujá, Cubatão, Santos, São Vicente e Praia Grande, sujeito à ampliação a outras áreas em função das reais repercussões observadas), com previsão de início em 2010 (Japan International Cooperation Agency - JICA, juntamente com a SABESP e a CETESB).</p>
<p>12) Incluir no Plano Plurianual 2012 a 2015 a ser elaborado para o Estado de São Paulo, o atendimento das demandas sociais da inserção do Objeto AAE no</p>	<p><b>Habitação</b></p> <p>a. Implementar projetos de requalificação urbana – urbanização e regularização – de núcleos de ocupação irregular e precária (tratamento das inadequações habitacionais) que, junto com o déficit, compõem as necessidades habitacionais do Litoral</p>

Planos de Ação	Ações
Litoral Paulista.	<p>Paulista (destacando-se atualmente como numericamente mais representativas as ocupações em Cubatão, São Vicente e Guarujá). A exemplo das ações do Programa Sócioambiental da Serra do Mar e Mosaicos da Mata Atlântica, em curso, que conta com ações integradas da Secretaria do Meio Ambiente e Habitação do Estado, CDHU – Companhia de Desenvolvimento Urbano, Municípios e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>b. Estudar a possibilidade de maior investimento no subsídio para a compra de terrenos que se encontram inseridos e/ou próximos aos pólos de atração de empregos (o que em contrapartida exige menor grau de investimento na infraestrutura), invertendo a lógica no processo de implantação de empreendimentos habitacionais.</li> <li>c. Integrar os programas da esfera do Estado e União em parcerias com a administração municipal e empreendedores do setor privado para atendimento a demanda de moradia dos trabalhadores menos qualificados.</li> <li>d. Implementar o Conselho Gestor do FGH-Fundo Garantidor de Habitação (no âmbito do Estado) e do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS), viabilizando a operação desses fundos, e ajustar os Programas Federais de Habitação para que seja possível instrumentalizar adequadamente as parcerias entre setor público e privado no setor habitacional e, desta forma, potencializar os recursos para investimentos no provimento de moradias regularmente produzidas.</li> <li>e. Reforçar e instrumentalizar a Resolução SMA 068/09, que trata da avaliação dos impactos sociais e ambientais decorrentes da atração de mão de obra e que devem contemplar propostas e medidas mitigadoras efetivas para evitar o agravamento das pressões sobre áreas protegidas no Litoral Paulista. A obtenção da licença ambiental condicionada à proposição, pelo empreendedor, de solução habitacional decorrente da atração de mão de obra, tanto na fase de instalação como de operação da atividade, deve ser tratada de forma integrada entre Estado e Municípios e em parceria com as ações governamentais planejadas para a região.</li> <li>f. Criar formas de manejo diferenciado da vegetação, prevendo no entorno dos assentamentos habitacionais, a criação de reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) ou similares. A ação poderá viabilizar a adequação e implantação de núcleos urbanos, com a garantia da preservação e o cuidado com áreas remanescentes da região, perpetuando sua preservação de forma inteligente e sem custo para o poder público.</li> <li>g. Promover ações que superem os entraves relativos às questões fundiárias, pois é comum a falta de escritura dos terrenos principalmente no Litoral Norte e Litoral Sul – quase sempre os documentos de propriedade dos terrenos são relativos à posse e requerem processos jurídicos envolvendo usucapião e/ou retificações de áreas.</li> <li>h. Criar cadastro habitacional único metropolitano para a Baixada Santista.</li> </ul> <p><b>Recursos Hídricos e Saneamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Redimensionar o Programa Onda Limpa em função do crescimento populacional e econômico previsto com a implementação</li> </ul>

Planos de Ação	Ações
	<p>de todos os empreendimentos envolvidos, universalizando as ETEs e ETAs no Litoral.</p> <p>b. Rever os Planos Diretores de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgotos, em elaboração pela Sabesp, e os planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico, considerando a ampliação de demandas por conta do aumento de contingentes populacionais, com foco nos municípios identificados como mais aptos a absorver população.</p> <p>c. Universalizar o PURA (Programa de Uso Racional da Água) em todo litoral, visando à redução de perdas e à redução de índices per capita, incluindo ações para recuperação de água nos sistemas de abastecimento, ações para redução do consumo pelo usuário final e ações para fiscalização de ligações clandestinas, principalmente na Baixada Santista onde a questão da relação entre a demanda e a disponibilidade dos mananciais é mais crítica.</p> <p>d. Intensificar ações de gerenciamento de recursos hídricos, com a intensificação do cadastramento de usuários e maior rigor para o deferimento e fiscalização de outorgas de direito de uso (Departamento de Águas e Energia – DAEE).</p> <p>e. Instituir a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, além de definir o enquadramento de todos os corpos d'água da região, visando à alocação otimizada da água para usos múltiplos (Comitê de Bacias).</p> <p>f. Intensificar medidas de controle de efluentes industriais, visando a redução de cargas poluentes lançadas nos corpos d'água e redes de drenagem, bem como no estuário de Santos, de modo a reduzir a tendência de agravamento face aos novos empreendimentos industriais a serem implantados.</p> <p>g. Ampliar a Rede de Monitoramento Hidrológico:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— no Litoral Norte, com a implantação de novas estações fluviométricas, uma vez que atualmente não existe nenhuma em funcionamento e os postos já desativados apresentam períodos de dados muito curtos; a reestruturação dos Postos de Monitoramento de Qualidade de Água, de modo a refletir mais consistentemente a influência da qualidade dos recursos hídricos superficiais na balneabilidade das praias.</li> <li>— na Baixada Santista e Litoral Sul a rede de Postos de Monitoramento de Qualidade da Água da CETESB deve ser adensada para permitir o acompanhamento da evolução de aspectos qualitativos dos recursos hídricos, frente aos novos impactos que podem advir da instalação dos empreendimentos do Objeto AAE.</li> </ul> <p>h. Rever os programas de controle de poluição da CETESB em função dos resultados do programa de monitoramento e avaliações da qualidade da água marinha (ver item 11), que permitirá identificar as principais fontes poluidoras a serem controladas, notadamente as de maior impacto sob o ponto de vista sanitário, mas também as fontes industriais que apesar de já serem alvo de programas específicos de controle da poluição, serão intensificadas com os empreendimento do Objeto AAE (CETESB).</p> <p><b>Saúde</b></p>

Planos de Ação	Ações
	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Melhorar e ampliar a rede regionalizada de assistência à saúde (nível primário, secundário e terciário).</li> <li>b. Incrementar a Atenção Primária em todos os municípios, ampliando a cobertura de atendimento.</li> <li>c. Prever investimentos no Sistema de Vigilância em Saúde.</li> <li>d. Detalhar a oferta e especialidades de cursos técnicos e de aperfeiçoamento para os profissionais de saúde.</li> <li>e. Aprimorar a capacidade de gestão regional envolvendo, planejamento, monitoramento, regulação e avaliação.</li> </ul> <p><b>Educação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Nível Básico – Ampliar a oferta de cursos que, estrategicamente, combinem a Capacitação Profissional com a Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos, considerando demanda específica de cada região, perfil produtivo local e regional e tendência de evolução desse mercado em função dos empreendimentos em vias de implantação. Promover alfabetização tratada sob um prisma mais amplo, sob a ótica do letramento que, mais do que ensinar a ler e compreender textos, amplia o conceito de leitura, dando visão de cultura e de cidadania. Combinar ações de recuperação da educação formal, escolar, com programas de capacitação profissional de curta duração, ofertando cursos que apresentem perspectivas imediatas de entrada, ou de ascensão, no mercado de trabalho.</li> <li>b. Nível Técnico: Ampliar a oferta de vagas nos cursos técnicos e tecnológicos atuais e criar programas que capacitem profissionais para o exercício de funções de inspeção de soldagem; análise de corrosão e estanqueidade de tubulações; detecção de presença de gases tóxicos ou explosivos, eletricitas especializados em áreas classificadas como explosivas, entre outros, seja por meio de criação de cursos ou de complementação curricular e readequação de infraestrutura (laboratórios e oficinas). Prever a atualização profissional de docentes em sintonia com o novo perfil regional. Reforçar e ampliar a oferta de cursos voltados à pesca, agronegócio e turismo (com ênfase à gestão de empreendimentos turísticos e eventos em negócios).</li> <li>c. Nível Superior: Rever os programas ofertados frente as reais necessidades advindas dos projetos, ampliar número de vagas e aumentar o leque de disciplinas optativas. Implantar Universidade Pública no Litoral com destaque para cursos de engenharia ligados ao porto e petróleo.</li> <li>d. Verificar a disponibilidade de mão de obra para cada fase dos empreendimentos visando prover, em parceria com o empreendedor, os programas de capacitação necessários. A Secretaria do Desenvolvimento do Estado de São Paulo, por meio do Centro Paula Souza e a SERT, a ela vinculado, poderia monitorar e controlar esse processo, inclusive e se necessário, com apoio para a capacitação do pessoal a ser disponibilizado para os empreendimentos.</li> <li>e. Aperfeiçoar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na região, de forma coerente com a magnitude dos investimentos previstos, incorporando a inclusão de conhecimentos sobre os recursos ambientais regionais e seu uso de forma sustentável.</li> <li>f. Implantar Fórum Permanente de Discussão da Educação Profissional e da Educação Geral do Litoral Paulista visando</li> </ul>

Planos de Ação	Ações
	<p>revisões curriculares periódicas e recomendação dos programas de aperfeiçoamento profissional para os professores, em sintonia com os grandes projetos que tendem a impactar o meio sócio-ambiental em que esses profissionais vivem e desenvolvem seu trabalho.</p> <p><b>Segurança Pública</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Implementar Política de Segurança Pública para o Litoral Paulista, com aumento de contingente e investimento em equipamentos.</li> <li>b. Ampliar o envolvimento das estruturas municipais de segurança, tais como: CONSEGs e guardas municipais.</li> </ul>
13) Priorizar a canalização de recursos para atender ao conjunto de demandas simultâneas em dimensão inédita do Litoral Paulista em tempo hábil	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Articular com Governo Federal inclusão nos programas e projetos, recursos para investimentos no Litoral Paulista, além de ampliação de transferências negociadas para o Estado de São Paulo;</li> <li>b. Ampliar os investimentos do Governo do Estado de São Paulo no Litoral Paulista, prevendo recursos para incorporar ao PPA Estadual visando dar conta dos projetos previstos de infraestrutura e das demandas sociais;</li> <li>c. Negociar com instituições multilaterais de financiamento pacotes de instrumentos fiscais e de crédito (IFC, BID, BNDES), considerando os Princípios do Equador.</li> <li>d. Estimular o uso de PPPs em projetos de infraestrutura de transporte de carga, passageiros e saneamento.</li> </ul>
14) Reforçar a institucionalidade existente com foco na gestão ágil do conjunto de demandas simultâneas em dimensão inédita do Litoral Paulista	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Fortalecer o ambiente político-administrativo e a coordenação de ações intragovernamentais e intergovernamentais imediatas (entre as três esferas de governo) para articular e monitorar as demandas identificadas na AAE e os diversos orçamentos (orçamento anual, PPA, orçamento de benefícios fiscais)</li> <li>b. Promover forte articulação entre a Petrobras e o GESP, por meio de Protocolo de Intenções.</li> <li>c. Estimular as <u>instituições</u> que participam da AAE a obter consensos e minimizar conflitos evitando-se impasses decisórios (paralisantes ante escolhas críticas) e sobreposição de funções.</li> <li>d. Conduzir movimentos estratégicos com a maior brevidade dada a urgência determinada pelas demandas decorrentes do Objeto AAE em curso, pois um novo ciclo produtivo já se iniciou no Litoral Paulista.</li> <li>e. Elaborar e implantar um Programa de Ações Imediatas (PAI), financiado de forma tripartite (Governo Estadual, Prefeituras, Governo Federal/Petrobras e empreendedores), tendo como base as recomendações da AAE e CESPEG..</li> <li>f. Formular Plano de Ação de Médio Prazo, considerando-se algumas alternativas, como: <ul style="list-style-type: none"> <li>— reprogramação do uso dos recursos já disponíveis ou determinação política para tornar efetivas as regulamentações já</li> </ul> </li> </ul>

Planos de Ação	Ações
	<p>existentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— modulação intertemporal dos investimentos (em logística, por exemplo) tendo em vista esperar os melhores momentos de prosperidade econômica no País, quando se consolidar o novo ciclo de expansão sustentada;</li> <li>— promoção junto ao setor privado ou ao terceiro setor de projetos relacionados aos movimento estratégicos;</li> <li>— formulação de alternativas para financiamento de programas e projetos de desenvolvimento.</li> </ul> <p>g. Aprimorar estrutura de licenciamento para as atividades do Objeto AAE, incluindo o estabelecimento de uma Sala de Situação voltada à gestão e acompanhamento do processo AAE.</p> <p>h. Apoiar os corpos técnicos municipais, no que se refere aos problemas habitacionais, ambientais, geotécnicos, de apoio ao turismo, por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Realização de cursos de formação de Recursos Humanos realizados por com instituições de ensino regional para capacitação de gestores da prefeitura e equipes técnicas de prefeituras em áreas de planejamento urbano, geração de projetos de urbanização de assentamento irregulares e precários, regularização fundiária e de produção habitacional.</li> <li>— Aparelhamento adequado das municipalidades para criar, organizar, produzir estatísticas e informes técnicos, e difundir experiências e conhecimento, objetivando maior eficiência e eficácia de suas ações.</li> </ul> <p>i. Propor e estruturar oficinas de aprimoramento e especialização aos gestores municipais, nos seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Alternativas para resolução de moradia voltada à população de baixa renda.</li> <li>— Regularização fundiária dos assentamentos e loteamentos irregulares.</li> <li>— Revisão dos Planos Diretores Municipais.</li> <li>— Elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação.</li> <li>— Acesso a fontes de recursos nacionais e internacionais.</li> <li>— Sistema de Monitoramento de atendimento às demandas sociais e da qualidade de vida da população.</li> </ul>

<p>15) Ampliação da formação e da preparação da mão de obra presente no Litoral Paulista em todos os níveis de escolaridade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Ampliação dos cursos de formação inicial e educação continuada nas áreas afins ao setor, em conjunto com o reforço na educação fundamental para jovens e adultos no Litoral Paulista, destacadamente naqueles municípios com maiores contingentes de trabalhadores sub empregados;</li> <li>b. Implantação de curso técnico e tecnológico em petróleo, juntamente com a oferta de novas especializações de nível técnico em áreas correlatas ao setor no Litoral Paulista, ampliando as vagas na rede de escolas técnicas e de ensino tecnológico instaladas no Litoral Paulista; e</li> <li>c. Estudo da viabilidade de implantação, por das universidades públicas paulistas, de cursos de graduação e de pós-graduação em áreas afins ao setor de petróleo no litoral de São Paulo.</li> </ul>
<p>16) Atração de novas empresas, investidores e desenvolvimento de cadeias produtivas, fomentando a geração de postos de trabalho e renda no Litoral Paulista</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Estimular a geração de novos investimentos no Litoral Paulista, especialmente os projetos com perfil estruturante (alavancadores de outros setores econômicos) como estratégia de fomento ao crescimento econômico com reflexos claros na geração de empregos e renda na região, seguindo os preceitos de viabilidade ambiental, técnica e econômica;</li> <li>b. Manter a atratividade do litoral paulista, avaliando a capacidade de atração de investimentos privados continuamente e comparativamente com outras áreas concorrentes, em termos da sua disponibilidade de capital econômico e social.</li> <li>c. Criação de um grupo especial para a orientação dos licenciamentos ambientais dos empreendimentos ligados as atividades do petróleo;</li> <li>d. Propor um banco de áreas para recuperação, preservação e conservação para a destinação dos recursos das compensações ambientais dos empreendimentos ligados as atividades portuárias e do petróleo;</li> <li>e. Criar um programa específico de compensações ambientais relacionadas aos empreendimentos ligados às atividades portuárias e de petróleo, atrelado ao licenciamento ambiental;</li> <li>f. Fomentar a criação de núcleos específicos nas administrações municipais dedicados ao atendimento de investidores com interesse na implantação de projetos, capazes de orientar as condições de infraestrutura, sociais e ambientais existentes nos municípios, áreas capacitadas e adequadas para receberem os investimentos e integração com outros setores públicos;</li> <li>g. Desenvolver as cadeias produtivas, destacadamente nos elos que envolvam as MPes (maiores geradoras de postos de trabalho), ligadas ao fornecimento de bens, produtos e serviços como formar de internalizar no Litoral</li> </ul>

	Paulista os benefícios gerados com as atividades do Objeto AAE
17) Apoio ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Litoral Paulista	a. Implantar programa de apoio ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios litorâneos que estiverem envolvidos, direta e indiretamente, com empreendimentos na área do petróleo, dedicando atenção para as ações de empregabilidade, formação e qualificação da mão de obra, empreendedorismo, segurança, uso e ocupação do solo e habitação
18) Capacitação das infraestruturas de transporte, energia e saneamento	<p>a. Elaboração de estudo das formas de transporte coletivo de passageiros, suas necessidades de ampliação e as alternativas para atender a mobilidade intra-regional no Litoral Paulista;</p> <p>b. Estudar e propor ações para as influências ocasionadas pelas atividades de exploração e produção do petróleo sobre as infraestruturas de acesso terrestre (rodoviário, ferroviário e dutoviário) entre o planalto e o litoral e a circulação de cargas no litoral paulista;</p> <p>c. Avaliação da oferta da atividade aeroviária, orientando novos investimentos necessários para atendimento dessas demandas; e</p> <p>d. Elaboração de estudo das influências diretas e indiretas sobre a oferta de serviços de saneamento e energia elétrica.</p>